

Brasil cresce, mas precisa destravar o futuro



» TATIANA RIBEIRO
Mestre em gestão e políticas públicas e diretora-executiva do Movimento Brasil Competitivo

Alta de 1,4% no PIB do Brasil no primeiro trimestre de 2025, acima da média da OCDE e até da China, é um sinal positivo, mas o cenário precisa ser lido com responsabilidade. O crescimento existiu, sim, mas não representa o fim da estagnação estrutural que ainda nos impede de avançar de forma sustentável. Se não enfrentarmos de forma concreta os entraves que impactam o país há décadas, seguiremos comemorando resultados pontuais enquanto desperdiçamos nosso verdadeiro potencial.

Já sabemos bem onde estão os gargalos que freiam nosso real potencial de crescimento. Falta decisão política e coordenação, isso sim. O Brasil tem ativos poderosos, como biodiversidade, matriz energética limpa, base industrial, ecossistema de inovação em expansão e uma agropecuária tecnológica que pode avançar para um modelo agroindustrial mais inovador e sustentável.

Mas esses diferenciais esbarram no chamado Custo Brasil — um conjunto de barreiras que impõem um peso estimado em R\$ 1,7 trilhão por ano à economia brasileira. Essas ineficiências reduzem a produtividade, dificultam a geração de empregos formais, afastam investimentos e limitam a competitividade das nossas empresas no mercado global.

O impacto aparece na prática: crescimento mais lento do PIB, menos investimentos e menor geração de empregos. A economia até tenta acelerar, mas continua puxada para trás. Segundo o Observatório do Custo Brasil, seria possível reduzir

em R\$ 530 bilhões esse peso estrutural apenas com ações já mapeadas em áreas como infraestrutura, crédito, tributos, gás, energia e digitalização. O diagnóstico está feito. A questão agora é: o que ainda nos impede de tirar essas travas do caminho?

A verdade é que a falta de modernização da gestão pública, do ambiente de negócios e do sistema regulatório se transformou em risco sistêmico. O tempo que o Brasil leva para tirar uma obra do papel, contratar um serviço ou capacitar um jovem para o mercado de trabalho não condiz com a velocidade que a economia global exige. É a produtividade que impulsiona ciclos sustentáveis de crescimento. Sem ela, o fôlego se perde.

E os sinais de desaceleração aparecem no horizonte. Segundo o relatório mais recente da OCDE, o PIB brasileiro deve crescer 2,1% em 2025 e apenas 1,6% em 2026 — abaixo dos 3,4% projetados para 2024. O próprio relatório aponta que o investimento privado deve se tornar mais restritivo, com impacto direto no consumo interno. Soma-se a isso o cenário externo, pressionado pela incerteza global, pela retração na demanda por commodities e pelos reflexos indiretos do “tarifaço” dos EUA.

Além de tudo isso, um problema se repete em todos os setores: faltam profissionais qualificados. Em plena era da inteligência artificial (IA) e da transformação digital, o Brasil ainda falha no básico — educação técnica, letramento digital e preparação para o novo mundo do trabalho.

Por isso, é necessário olhar para a educação como política econômica estratégica. O ensino técnico e profissionalizante precisa ser resgatado como via legítima de mobilidade social, desenvolvimento e conexão real com as demandas do setor produtivo.

E mais do que uma regulação pontual para a IA, precisamos de uma estratégia abrangente que permita inovar com responsabilidade, garantindo segurança jurídica e proteção, mas sem sufocar

a criatividade de startups, centros de pesquisa e pequenos negócios. Uma regulação que incentive a adoção ética da tecnologia e prepare nossa sociedade para um futuro digital competitivo e inclusivo — alinhando-se, assim, com a necessidade de qualificação profissional para um mercado em transformação.

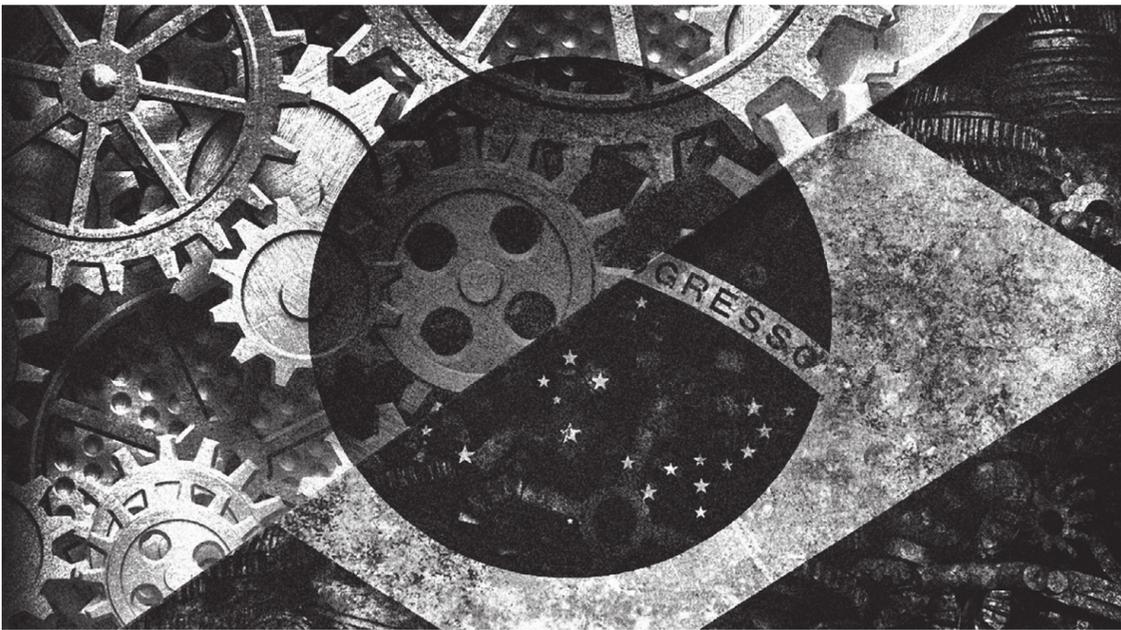
Outro ponto crucial para acelerarmos é facilitar o acesso ao crédito. Enquanto países com ambientes financeiros mais eficientes conseguem impulsionar investimentos e inovação, o Brasil ainda convive com um dos *spreads* bancários mais altos do mundo. Isso encarece o capital, penaliza empresas e dificulta o crescimento de quem empreende.

Sempre insisto, também, que não podemos subestimar nosso enorme potencial de liderar a transição energética global. Com uma matriz majoritariamente renovável, o Brasil tem condições únicas para atrair datacenters, *hubs* industriais e cadeias de produção que buscam sustentabilidade e previsibilidade energética. Mas esse protagonismo só se consolidará se houver estabilidade regulatória, previsibilidade jurídica e inteligência estratégica.

Crescer 1,4% no trimestre não é alívio — é alerta. Alerta de que, mesmo com potencial imenso, seguimos presos a entraves antigos que impedem o Brasil de dar saltos reais. Não há mais espaço para acomodação diante de um mundo que exige velocidade, estratégia e coragem.

Ou enfrentamos o Custo Brasil com a seriedade e a urgência que ele impõe, ou continuaremos celebrando migalhas de crescimento enquanto perdemos relevância global. O país não pode mais viver de projeções frustradas nem de promessas empurradas para depois.

O Brasil tem tudo para liderar. Mas isso exige escolha, foco e ação. Crescer mais — e melhor — é possível. Mas depende, antes de tudo, da nossa capacidade de agir como um país que quer, de fato, ocupar o lugar que merece no século 21.



Extremos que não se equivalem



» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Há uma tendência recorrente de colocar extrema-esquerda e extrema-direita no mesmo plano moral e histórico. A ideia de que uma seria o espelho da outra com sinais trocados não resiste a uma análise mais profunda. Embora o radicalismo seja a tônica de ambas, os fundamentos ideológicos, as motivações e os objetivos que as movem são substancialmente diferentes.

A extrema-direita tem obsessão pela origem, pelo sangue e pelo pertencimento nacional, assumindo a pátria o valor absoluto. Os que não se encaixam nesse modelo idealizado de cidadão — muitas vezes branco, cristão e “puro” — são considerados ameaça interna. Esse discurso não raro se manifesta na retórica do “resgate de valores tradicionais” ou na defesa de um nacionalismo agressivo e excludente. São os autodenominados “patriotas”, guardiães de uma identidade nacional que não passa de invenção nostálgica de um tempo que não existiu.

Já a extrema-esquerda, apesar de também incorrer em excessos e, por vezes, de flertar com o autoritarismo, parte de uma premissa bem diferente. Seu ponto de partida costuma ser a tentativa — nem sempre bem-sucedida — de erradicar a miséria, promover justiça social e melhorar as

condições de vida de todos, independentemente de raça, cor, religião ou origem. Se, por um lado, pode perder-se em dogmas ou práticas centralizadoras, por outro, tem como horizonte um projeto de inclusão e equidade. Essa diferença, por si só, já impede que as duas extremas sejam vistas como farinha do mesmo saco.

O ponto de contato entre ambas, sem dúvida, está no recurso à violência como ferramenta política. Quando a moderação é abandonada, quando o diálogo é substituído pela imposição, os extremos se encontram na radicalização dos meios — ainda que os objetivos sejam distintos.

Há casos emblemáticos da ascensão da extrema-direita em democracias consolidadas. Trump é o retrato fiel de uma política voltada para trás, centrada em uma ideia mitificada do passado americano. Em seu slogan de campanha *Make America Great Again*, o *again* (de novo) revela esse desejo de regressão a um tempo idealizado — uma época marcada por ordem, prosperidade e respeito internacional, mas que, na prática, era também um tempo de exclusões sistemáticas.

Essa nostalgia política se traduziu em políticas de segregação e exclusão. Sua hostilidade aberta contra imigrantes latino-americanos ou de fé muçulmana e seu discurso racista e xenófobo constituem uma ruptura da igualdade preconizada pelos fundadores do país. A obsessão pela raça e pelo pertencimento nacional torna-se, então, não apenas perigosa, mas solapadora para a democracia.

Trump, como muitos líderes de extrema-direita, mostrou-se incapaz de governar de forma ampla e responsável. Suas decisões estouvadas e sua recusa de aceitar as regras democráticas deixaram os EUA à beira de uma crise institucional. Ainda

assim, parte significativa da população parece hipnotizada e inerte diante de seus abusos — fenômeno que inquieta outras democracias pelo mundo.

No Brasil, um país miscigenado, a noção de “raça” como critério de exclusão perde consistência. É impossível definir os contornos raciais de um povo marcado pela mistura. Isso levou nossa extrema-direita a buscar outros marcadores para cumprir papel excludente.

No nosso contexto, a religião tem sido usada como ferramenta de segregação e controle. As denominações neopentecostais foram alçadas ao status de guardiãs da moral nacional, enquanto outras religiões passaram a ser vistas com indiferença ou até com hostilidade. O fato religioso tornou-se combustível para a radicalização e a divisão social.

A violência, antes simbólica, ganhou corpo na sedição do 8 de Janeiro. Os líderes da intentona jamais se retrataram de seus atos. A extrema-direita brasileira, à semelhança da americana, tem tentado se escorar numa visão messiânica de mundo, com resultados alarmantes.

Apesar das desigualdades persistentes, da violência urbana e da crise política permanente, o Brasil tem algo que, nos últimos anos, mostrou-se vital: instituições que funcionam. Ao contrário dos Estados Unidos, cujo sistema judiciário parece paralisado diante de um presidente que o desafia abertamente, o Brasil conseguiu reagir.

Nos momentos mais críticos, coube ao Judiciário atuar como último bastião à beira da ribanceira. Nossas instituições resistem aos impulsos autoritários e mantêm, com esforço, o país em rota democrática. Diante de tanta desgraça, esse é um fator que não deve ser desprezado.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (litterina) // circecunha.df@dabr.com.br

Inserir os desiguais

Lídia Jorge, famosa escritora portuguesa, tem abordado, há alguns anos, a questão da cidadania numa Europa invadida por populações vindas da África e do Oriente, fugidas das guerras e das perseguições e que trazem consigo culturas e crenças que têm assustado os europeus. Mesmo diante de tanta polêmica, tem a coragem de dizer que a cidadania é algo que se constrói em conjunto. Lembrando que uma nação é formada também pelas memórias mais dolorosas e que só há futuro possível quando essas feridas são reconhecidas. Lídia tem combatido a disseminação do ódio e do extremismo, que silenciam vozes.

Num momento em que gritos e divisões se espalham pelos quatro cantos do continente europeu, sua voz serena tem o poder de aproximar e reconciliar. Num país consumido e exausto de tanto barulho e desinformação, ela traz a firmeza e a clareza de quem planta raízes de verdade. Eis o que disse em recente discurso: “Shakespeare, Cervantes e Camões perceberam bem que, em dado momento, é possível que figuras enlouquecidas, emergidas do campo da psicopatologia, assaltem o poder e subvertam todas as regras da boa convivência. Quando ficarem em causa os fundamentos institucionais, científicos, éticos, políticos e os pilares de relação de inteligência homem-máquina entrarem num novo paradigma, que lugar nós ocuparemos como seres humanos? O que passará a ser um humano?”

Não restam dúvidas de que a Europa, primeiro, e depois o mundo estão experimentando, neste início do terceiro milênio, mudanças rápidas e desafiadoras — sobretudo os países do Ocidente. O que fazer diante de tão inusitado e delicado momento histórico como a imigração? Eis aí outro grande desafio aos humanos que vêm a se somar a questões capitais, como a do aquecimento global e a do esgotamento dos recursos naturais.

A fala de Lídia Jorge ressoa com especial força num tempo em que as democracias ocidentais enfrentam múltiplos desafios: o avanço da desinformação, o colapso de consensos mínimos de convivência e, como pano de fundo, o agravamento das tensões identitárias trazidas pelas ondas migratórias — especialmente em países como França, Alemanha, Suécia e Reino Unido.

A escritora portuguesa aponta para um ponto essencial: a cidadania não é apenas um status jurídico, mas uma prática ativa de convivência baseada em reconhecimento mútuo, respeito e pertencimento. Quando ela evoca Shakespeare, Cervantes e Camões, não o faz por vaidade literária, mas para mostrar que, já no passado, se compreendia o risco de governos capturados por figuras patológicas que, em nome da ordem ou da tradição, promoviam políticas de exclusão e medo. Esse é o risco que hoje ronda a Europa — e o Ocidente em geral.

A Europa vive uma encruzilhada que expõe a tensão entre dois valores centrais de suas democracias: o universalismo dos direitos humanos e a preservação da identidade cultural. É fato que uma minoria radical entre os imigrantes desafia os valores liberais ocidentais, promovendo a intolerância religiosa, o sexismo e até a violência. Mas é igualmente fato que a esmagadora maioria migra por necessidade, fuge da guerra ou da fome e busca apenas uma vida digna.

Aqui é que a reflexão de Lídia Jorge se impõe: não podemos deixar que o medo apague a empatia. Cidadania, como ela bem diz, não é apenas documento — é ter voz, ter espaço, ser valorizado. Quando se nega cidadania a um grupo inteiro com base na origem ou religião, rompe-se a lógica democrática e abre-se espaço para políticas regressivas que desumanizam e, paradoxalmente, alimentam a radicalização.

O problema real não é a migração em si, mas a ausência de políticas de integração eficazes. O multiculturalismo falhou não porque acolheu, mas porque falhou em exigir reciprocidade cultural. A integração não é assimilação forçada, mas também não pode ser passividade estatal diante da imposição de práticas que contrariam os direitos humanos (como casamentos forçados, mutilação genital feminina ou intolerância religiosa).

A cidadania deve ser dada a quem se compromete com os princípios constitucionais do país que o acolhe. Isso exige contratos de integração mais firmes, mas também educação intercultural e espaços de escuta mútua. Políticas públicas de convivência têm mostrado que não basta controlar fronteiras — é preciso investir em educação, moradia e trabalho para os imigrantes. E evitar a formação de guetos sociais que alimentam o ressentimento mútuo.

O combate à radicalização, tanto à islamista quanto à de extrema-direita, é necessário. A ascensão de partidos como o Rassemblement National (França), Vox (Espanha), AfD (Alemanha) ou Chega (Portugal) mostra que o medo está sendo instrumentalizado politicamente. Esses partidos se alimentam da crise e, por vezes, a ampliam. Narrativas equilibradas se fazem necessárias junto a imprensa e a cultura, que têm um papel crucial nesse processo. É preciso não esconder os problemas, mas também não promover generalizações que criminalizam etnias ou religiões inteiras. É nessa linha que atua a fala de Lídia Jorge — sem negar as tensões, mas propondo pontes.

A frase que foi pronunciada:

As sociedades que não seguram a justiça, criam a desordem.

Lídia Jorge

História de Brasília

Dois carros do governo numa reta de quatro quilômetros, em pista plana, de 25 metros de largura, rodando na mesma direção, chocaram-se espetacularmente na manhã de ontem.

(Publicada em 5/5/1962)